



104 Lemgruber

Corte garante aval do FMI, diz Lemgruber

Rio — “Se o Governo definir o corte dos gastos públicos em torno de Cr\$ 56 trilhões, como está sendo anunciado, acho que o Fundo Monetário Internacional aceitará nossas condições e dará sinal verde para a renegociação da dívida externa com os bancos credores”, disse ontem o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, falando à imprensa depois de fazer palestra na Escola Superior de Guerra sobre a situação da economia no último trimestre.

Segundo Lemgruber, os resultados de abril e maio de ano foram muitos bons no período, registrando uma queda nas taxas de juros, um declínio no ritmo inflacionário, com tendência de o percentual manter-se abaixo de dois dígitos, uma eficiente política monetária, excelente nível de reservas internacionais. Há apenas um fator preocupante, a dívida interna, que registrou um acréscimo de 532.7 por cento em 12 meses.

Na opinião do presidente do BC, o Brasil encontra-se em boa posição para renegociar a sua dívida externa, na medida em que os indicadores registrados levariam os banqueiros internacionais, e o FMI, à convicção de que temos condições de resolver os grandes problemas econômicos do País: “mas é importante que se acerte com o Fundo até julho porque a prorrogação de 90 dias que conseguimos com os bancos credores para as linhas de crédito de curto prazo (US\$ 16 bilhões) expiram em agosto”, explicou ele, acrescentando contudo que o adiamento dos compromissos nacionais, caso o acerto com o FMI não tenha sido feito, não foi sequer cogitado com os representantes do comitê dos credores, nesta última vez em que Lemgruber esteve em Nova Iorque.

Segundo Lemgruber, “o País não sobrevive com um déficit de Cr\$ 100 trilhões”. Assim, algo tem que ser feito na área fiscal, embora não considere razoável, por exemplo, o aumento de imposto de renda do assalariado, por exemplo: “mas existe uma série de limitações constitucionais para se aumentar os impostos, assim, não mudar a alíquota do IR do assalariado, ou aumentar a taxa dos títulos pode ser uma das poucas alternativas para se aumentar a receita fiscal este ano”, ponderou.

Dentro do plano global de cortar gastos públicos e rolar a dívida interna para financiar parte do déficit, Lemgruber entende que não haverá dificuldades maiores para o Banco Central executar a política monetária. Primeiro porque, caso o corte de Cr\$ 56 trilhões seja efetivado, restarão cerca de Cr\$ 30 trilhões para serem financiados via títulos da dívida pública; na prática faltam, de fato, Cr\$ 9 trilhões, o que daria algo em torno de Cr\$ 1,5 trilhão por mês, o que não é difícil de colocar (colocação líquida) no mercado. Na sua avaliação, mesmo que o Governo defina um montante inferior a Cr\$ 56 trilhões, o Banco Central não teria “qualquer dificuldade operacional para fazer a colocação líquida dos títulos necessários, mas ocorreria um fato indesejável, a alta das taxas de juros”.